

da representação de São Paulo, Senador Mário Covas, que o que importa é que se colha a manifestação inequívoca da Casa. Este é o sistema tradicional, quando se trata da votação simbólica, por isso ela mesma se chama simbólica. E quando não se aceita esse resultado há sempre o recurso de pedir a verificação da votação. O que importa é a lisura da votação que se tem feito aqui, como se tem feito no Parlamento, para a comodidade, inclusive, dos Srs. Parlamentares, havendo sempre o recurso da verificação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É usual, nesta Casa, nos encaminhamentos de votação, que fale sempre um contra e outro a favor.

Sabemos que o PMDB, o PFL, o PDS, o PTB e o próprio autor são favoráveis a emenda, é usual que fale um contra e outro a favor da emenda. Já falaram dois contra; a Liderança do PC do B e a Liderança do PSB.

A questão de ordem que requeiro à Mesa é uma solicitação para que as demais Lideranças, que são a favor da emenda, usem da palavra alternadamente, porque além do rolo compressor do acordo feito, se até no encaminhamento da votação não houver alternância, acho que se tratará de um encaminhamento extremamente desigual.

Essa, a questão de ordem que formulo à Mesa.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mal terminada a eleição de 15 de novembro último, já na segunda quinzena daquele mês, aqui nesta Casa, comecei a levantar o problema da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Tinha acabado de ser eleito e reconduzido a esta Câmara pelo povo de Pernambuco e entendia, diante das expectativas e das esperanças do povo brasileiro, de que a Assembléia Nacional Constituinte precisasse ser dotada de poderes soberanos para enfrentar os angustiantes problemas que afligem o nosso País.

Logo depois do recesso, quando aqui cheguei, já encontrei a Bancada do Rio Grande do Sul à frente do movimento pela afirmação da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Em uma memorável reunião de nossa Bancada, antes que se instalasse a Assembléia Nacional Constituinte, o companheiro Constituinte Lélcio Souza, em nome da Bancada do Rio Grande do Sul, apresentou moção que recebeu esmagadora aprovação de nossa Bancada no sentido de defender a soberania e os poderes da Assembléia Nacional Constituinte.

Entretanto, mostrando a responsabilidade numa conduta que também deve ser coerente com a conjuntura política em que vivíamos, poderíamos ter tumultuado o início dos trabalhos da Constituinte e da Câmara dos Deputados se tivéssemos insistido pura e simplesmente na moção do Deputado Lélcio Souza.

Consideramos primordial, naquele momento, e estratégico para nós do PMDB, permitir a instalação da Câmara dos Deputados e a eleição do Deputado Ulysses Guimarães como Presidente da Câmara.

Posteriormente, na primeira sessão ordinária da Assembléia Nacional Constituinte, apresentei projeto de resolução, dotando a Assembléia Nacional Constituinte de amplos poderes, de poderes inclusive para modificar a atual Carta Constitu-

cional, retirando dela o entulho autoritário. Quando senti que a minha proposta era vista como uma provocação e que ela poderia provocar problemas e obstáculos que interfeririam na instalação da Assembléia Nacional Constituinte, procurei conversar com as lideranças políticas que se opunham à afirmação desta soberania.

Fui ao Presidente da República; S. Ex.^a designou o seu Líder na Câmara dos Deputados, o Deputado Carlos Sant'Anna, para negociar um texto consensual. Chegamos com o Deputado Carlos Sant'Anna em companhia de outros companheiros do Grupo Pró-Soberania, a um texto que foi incluído pelo Relator da matéria, o Senador Fernando Henrique Cardoso.

Posteriormente, o Deputado Carlos Sant'Anna nos comunicava que tinha recebido orientação no sentido de discutir um novo texto, tendo em vista que aquele que tinha sido acordado entre nós era visto como um texto ambíguo pelo Palácio do Planalto. Naquele momento, eu já havia apresentado a emenda que hoje é votada e com o objetivo de que, num momento em que não tivéssemos saída, pudéssemos aproveitar esta emenda que agora vamos votar, para que encontrássemos uma saída que desbloqueasse os nossos trabalhos.

Agora, estou sendo acusado por partidos que foram companheiros nossos de lutas nesses vinte anos de regime militar, de estar aqui a serviço de cambalacho e de estar aqui a serviço do esmagamento e do asfixiamento da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho um passado e tenho uma história, e estou seguro que neste instante, numa Casa política, não tendo aqui dentro os votos necessários para aprovar uma emenda que fosse do nosso gosto, estamos partindo para uma emenda do possível, para que, enfim, comecemos a trabalhar.

Quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que estou sendo alvo de uma campanha que quer denegrir o meu passado e a minha honra, porque vários jornalistas, há mais de 5 dias, perguntam-me em que cidade do interior do meu Estado eu recebi uma concessão de rádio do Presidente José Sarney para retirar a minha emenda primeira, e apresentar esta?

Quero dizer a esta Casa que a única concessão de rádio que o Presidente José Sarney deu na minha região, na minha terra, foi para os meus inimigos políticos, e tenho cópia do telex que enviei a S. Ex.^a, protestando contra esta medida. Dou procuração a quem quer que seja para se tornar dono dessa fictícia estação de rádio, e tenho certeza que contribuí coerente com o meu passado, com a minha história e com a minha luta, para desbloquear os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Deixo esta tribuna de cabeça erguida, e tenho certeza de que, votando essa emenda, iremos, mais uma vez, nos dividir em função de questões substantivas, e muitos dos que hoje nos combatem estaremos juntos, amanhã, na defesa daquelas causas que interessam ao povo brasileiro. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi muito importante, para esta Casa, ouvir o autor da emenda pois através de suas próprias palavras que estão documentadas nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, não resta a menor dúvida do que vamos aqui confirmar. O autor da emenda, o Deputado Maurílio Ferreira Lima, que sozinho apresentou uma emenda defendendo a soberania da Constituinte, no plenário

da Assembléia Nacional Constituinte, confessou aqui, perante esta Assembléia, que logo após a controvérsia em torno da sua emenda, S. Ex.^a procurou conversar com o Presidente Sarney. E o Presidente Sarney encarregou o seu Líder, na Câmara dos Deputados, para negociar uma forma de resolver o problema da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, eu não quero mais usar o tempo que me resta para provar aos Srs. Constituintes se isso não é uma intervenção do Poder Executivo na soberania da Constituinte? Eu não sei mais o que é intervenção do Poder Executivo. Não dito pelo PT, pelo PDT, pelo PC do B, pelo PSB, pelo Grupo Soberano do PMDB, mas dito pelo autor da emenda, que conversou com o Presidente da República de como tratar a sua emenda que defendia a soberania da Constituinte.

Estranhamente, Sr. Presidente, no substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso, quando as lideranças partidárias e nós, do Partido dos Trabalhadores, demonstramos alto espírito de negociação, porque apoiamos o substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso, quando aquele substitutivo foi à votação, eis que aparece no silêncio do pacote das mil e tantas emendas, a Emenda Maurílio Ferreira Lima, e que da sua emenda se retira a primeira parte para encaixar direitinho no acordo com o PFL, patrocinado pelo Líder Carlos Sant'Anna.

Não quero aqui dizer que o Líder Carlos Sant'Anna não tenha nada a ver com a Constituinte, porque ele é Líder, na Câmara dos Deputados. Não quero dizer aqui que o Poder Executivo não podia fazer nada em relação à soberania da Constituinte, porque os protestos do PMDB, naquela tarde de quarta-feira, foram claros e contundentes de que o Executivo estava intervindo numa questão crucial que era a soberania da Constituinte.

Mas qual é a questão de fundo, Srs. Constituintes? E esta opção é crucial e para ela não há meio termo. Temos que escolher caminhos. Nós, do Partido dos Trabalhadores, com os demais partidos, advogamos a seguinte tese, Sr. Presidente, e quero solicitar de V. Ex.^a a mesma tolerância que teve em relação ao autor da emenda. Nós exigimos aqui, Sr. Presidente, que a Assembléia Nacional Constituinte deveria ter poderes para revogar aquilo que da atual Constituição fere a soberania da Constituinte. Isto não é abstração, isto não é jogo de palavras, como falou o Líder Carlos Chiarelli, como tentou tergiversar o Líder do PFL, José Lourenço, isto significa medidas de emergência, que nós sabemos o que é porque já foi decretada, isto significa decreto-lei, significa decreto de prazo, significa estado de emergência, significa, Dr. Ulysses Guimarães e Srs. Constituintes, aquele entulho que tantas vezes pesou sobre a cabeça do povo brasileiro, de nós, Constituintes, e que foi discurso do PMDB na campanha das "diretas" e, agora, na campanha para a Assembléia Nacional Constituinte. Não queremos que a soberania seja uma retórica, não queremos que a soberania seja um jogo de palavras, mas que seja um ato político desta Assembléia que, soberanamente, pode tomar decisões.

Para concluir, Sr. Presidente, o que não queremos — e nesse sentido somos francos, somos intransigentes, no bom sentido — o que não aceitamos é que a soberania da Constituinte seja transformada numa pequenez que é a Emenda Maurílio Ferreira Lima, fruto de acordos com o Palácio do Planalto, fruto de acordos sob a pressão e a chantagem do PFL. Eu conclamo aos colegas do PMDB, ao grupo da soberania do PMDB, a dizer não à Emenda Maurílio Ferreira Lima, porque ela representa um ultraje, uma vio-

lência contra os que defenderam a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PFL — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Constituintes:

O Partido Liberal, consciente de sua responsabilidade, sem se esquecer da dimensão de sua Bancada nesta Assembléia, procura contribuir para que nós superemos este episódio, para que esta Assembléia dê uma palavra de afirmação e inicie o seu trabalho cuidando do que mais importa a este País, cuidando do que mais espera o povo brasileiro, que é a nova Constituição. Mas, não devemos nos dividir em função de um acessório, porque a soberania da Constituinte, Sr. Presidente, não será protegida, nem afirmada, nem garantida pelos projetos de decisão. Ela existirá se for fiel ao voto popular, se for digna e corajosa para votar as reformas democráticas que este País espera.

A apreciação deste projeto de Regimento Interno, proporciona a todos nós muitas lições. A principal delas é de que as divergências eventuais não podem nem devem prejudicar o objetivo final, a cada dia conquistado por todos nós, pelo respeito que esta Assembléia impuser àqueles que ousarem ameaçar a legitimidade e a liberdade do seu trabalho. Por isso nós não nos detemos, Sr. Presidente, no exame da semântica de sobrestar ou não sobrestar ameaças que porventura surgirem, porque não podemos admitir que ameaças surjam à liberdade e à soberania desta Casa.

Votamos a favor, e votaremos até o fim, para superar esse episódio e começar a fazer o trabalho que o povo de nós espera.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Como Líder, sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ouvimos como sempre fazemos, atentamente, os oradores que nos antecederam, alguns dos quais não votaram para que esta Assembléia aqui hoje estivesse reunida.

A convocação da Constituinte é, sobretudo, um compromisso da Aliança Democrática para com o País, mas existem muitos Constituintes aqui chegados que participaram da convocação da Emenda nº 26, mas negaram a existência e a possibilidade do País aqui, hoje, ter reunidos os seus representantes para votarem a nova Constituição do Brasil. E são esses mesmos, os mesmos que não queriam a Constituição nova para o Brasil, os mesmos que não queriam a Constituinte, os mesmos que negaram a transição democrática com a eleição do Presidente Tancredo Neves. A aqueles que não vieram ao Colégio Eleitoral para aqui sepultarmos definitivamente o passado e darmos início ao processo para a democratização do País, esses aqui chegam hoje, de cara livre, dispostos a nos dizer aquilo que sabemos não corresponde à realidade e dispostos, pela mentira, a tentar nos induzir, esta Assembléia, que não é soberana. Soberano é o Congresso Nacional, soberanos somos todos nós, especialmente aqueles que não têm as suas consciências alienadas a ideologias estrangeiras. Soberanos são todos aqueles que têm compromisso com a grandeza desta Pátria, soberanos são aqueles, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que têm compromissos indeclináveis com os valores do passado, e se dispõem a construir sobre esses valores, uma Nação e uma estrutura jurídica que nos projete e nos dê certeza de um futuro grandioso para o Brasil.

Acredito nos homens de bom senso, acredito nas mulheres de bom senso do meu País. Nunca acreditei nos radicais nem de um extremo, nem de outro, porque eles sempre se encontram, inclusive aqui. Mas aqueles que têm compromissos com os ideais maiores do País, aqueles que ouvem, mas não guardam o ódio e a mentira, aqueles que ouvem, mas repudiam com a palavra e com a ação aqueles que tentam perturbar a ordem deste País, a eles nós respondemos serenamente: "não irão passar sobre a vontade da maioria da Nação." A maioria da Nação é centrista, a maioria da Nação é progressista, mas a maioria da Nação não é radical, nem de direita e nem de esquerda; a maioria da Nação é, sem dúvida alguma, aquela que expressa pela sua fisionomia, pela sua vontade e pelo seu comportamento. Esta Assembléia Constituinte, pelas diversas decisões que aqui tem tomado, sempre dentro desse espírito centrista, voltada para o futuro, voltada para a grandeza do Brasil.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É muito simples e fácil a posição do PTB que manteve uma linha de coerência desde o início e é chegada a hora de podermos revelar como verdade, agora inegável, a tentativa golpista que um pequeno grupo minoritário, radical, pretendia perpetrar. Dissemos antes que, o suposto projeto de decisão, ao envolver poderes ilimitados, transformaria esta Constituinte num órgão ao desamparo da Constituição e da Legislação em vigor, nós mesmos nos colocaríamos na ilegalidade e teríamos nossos mandatos e funções em risco, ao contrário do que pretendem fazer crer os que aqui sustentam à guisa de que seja soberania um ato espúrio como esse do projeto de decisão, acima do bem e do mal, com poder de vida e morte sobre toda a Nação. Soberania não é isso! Soberania nós a detemos, e a detemos por força da emenda constitucional que convocou esta Constituinte. Lá está dito: "Esta Constituinte é soberana". E é soberana por quê? — Porque pode lavar uma nova Constituição sem sequer respeitar a República, a União ou a Federação. Soberania não quer dizer poder de vida e morte. O que se pretende aqui é transformar a Constituinte num verdadeiro governo assembleado, ao tipo da Assembléia da Revolução Francesa. Queriam ver cabeças a rolar, queriam provocar a intranquilidade no País. Ora, temos uma ordem constituída, um Poder Executivo, um Legislativo e um Judiciário e quando votamos aquela emenda aceitamos ser um Congresso Constituinte. Mentirá quem aqui vier dizer que sustenta a soberania desta Constituinte, porque a soberania decorre da Constituição e da ordem em vigor. Ao desordenarmos o País, ao tentar desordenar, estamos solapando os nossos próprios poderes e com isso não concordo. Essa história de usar a palavra soberania não torna apenas um jogo de palavras, é pior! É um embuste! Na verdade é um disfarçado golpe que se pretende dar, mas, onde estão as forças que amparam esses grupos? Onde está o povo armado? Onde estão as Forças Armadas? Não se tem força e se quer fazer aqui uma revolução com um grupo de sessenta partidários, sessenta homens pretendem deter o poder que só poderia vir pela força de uma Revolução? É um absurdo! Estamos sendo uma Constituinte não originária. Ela é derivada da Constituição que está em vigor e toda a nossa força só existirá se respeitarmos esta Constituição e se pretendermos mantê-la.

Digo mais aos senhores: concordamos com a solução de conciliação a que chegaram as Lideranças Partidárias e concordamos porque diziam os grupos, quando da primeira reunião aqui, que se queria o projeto de decisão para defender-se a Constituinte, defender-se contra riscos aos quais ela pudesse ser exposta. Pois bem, o que diz a emenda que vamos votar? Que temos soberania para sobrestar qualquer medida que ponha em risco o nosso funcionamento ou os nossos trabalhos. Com isso concordamos, evidente, não quero que esta Constituinte corra riscos, não quero que seja ameaçada em seu funcionamento, em sua integridade ou nos seus trabalhos, mas isso se atinge por via dessa emenda, mas os grupos radicais não a querem e não a querem por quê? Não é porque queiram defender a Constituinte não, querem fazer dela instrumento de uma revolução da ordem estabelecida e com isso não concordamos.

Votamos pela emenda, votamos pelo consenso da Casa, votamos pela soberania da Constituinte. Votaremos — sim! (Muito bem! Palmas.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que esta Casa vota o art. 58, § 7º, com o substitutivo Maurílio Ferreira Lima, foi muito bom para Casa ouvir os discursos que nos antecederam e ali, no microfone de apartes, ouvia o discurso do Deputado José Lourenço e passou um filme em minha vista, dos anos 70, não havia diferença entre o que falava o Deputado José Lourenço e aqueles que, em 1970, garroteavam as liberdades públicas.

Ouvindo o discurso do Deputado Gastone Righi, lembrava-me, da mesma forma, daqueles que falavam em subversão, daqueles que falavam em cassação, daqueles que exigiam que o povo brasileiro ficasse sob a tutela, que sindicatos fossem fechados, que esta Casa fosse violentada, como muitas vezes foi e houve Deputados de outras Legislaturas que ficaram sem água, sem luz, à luz de velas.

Mas, Srs. Constituintes, por outro lado, essa questão é essencialmente política, mas não podemos fugir do debate jurídico, muita sandice já se disse aqui em nome do Direito Constitucional.

Vejo o Deputado José Lourenço falar que a soberania é do Congresso, evidentemente que no Direito brasileiro o Deputado José Lourenço, que não deve ser muito versado, sabe que o Congresso é poder constituído, a constituinte é o poder que constituiu; logo a soberania não pode decorrer dele. E o Deputado Gastone Righi diz que a Constituinte é um poder derivado, quando todos os tratadistas de Direito Constitucional no mundo colocam, com muita clareza, que o poder constituído é sempre derivado e o poder constituinte é sempre originário, porque ele cria, constrói, e determina as instituições.

Não vou mais discutir a questão legal e jurídica. Sei que a posição assumida por companheiros bravos que lutaram em defesa das liberdades democráticas, deixa-os hoje envergonhados por estarem na companhia daqueles que ontem pediam sua cassação e o garroteamento da liberdade.

O Deputado José Lourenço que defende com tanta intransigência a emenda do ilustre Deputado Maurício Ferreira Lima, há menos de uma semana dizia — e chamo a atenção desta Casa para que fique em seus Anais, que todos estamos querendo discutir soberania, que estamos querendo subverter a ordem. Daqui a pouco os carrinhos verme-